

ABERTURA DA ETAPA ESTADUAL E DA ETAPA REGIONAL DE CURITIBA, DO ENCONTRO PREPARATÓRIO AO III *ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO* (ENE)

Nos dias 18 e 19 de maio de 2018, realizou-se, no auditório central da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), câmpus Curitiba (dia 18) e, no anfiteatro 100 da Universidade Federal do Paraná (UFPR), câmpus reitoria (dia 19), a abertura da etapa estadual do Paraná do *III Encontro Nacional de Educação*. A coordenação geral e a organização do encontro estadual ficaram a cargo de representantes das entidades APUFPR, SINDUTF-PR e Regional Sul do ANDES-SN, contando, ainda, com a participação de discentes de diversos coletivos estudantis, sendo eles, Alicerce, Construção, Reviravolta, Cordão Sul, Insurgência, PAR e RUA. No total, o evento contou com a participação de 88 pessoas.

A abertura foi realizada em 18 de maio de 2018, a partir das 19h, com o tema "Educação no Paraná – Lutas em defesa da educação pública", sob a coordenação da professora Milena Martinez e da discente Amanda Coelho, tendo como palestrantes a professora Cintia Xavier, a professora Mônica Ribeiro e a discente Helena Wognitz.

Em 19 de maio de 2018, foi discutido o eixo "Financiamento", sob a coordenação do professor Altemir José Borges e da discente Maria Victoria Ruy, com a presença do professor Ângelo Ricardo de Souza e do discente Lucas Finger. No mesmo dia, foram discutidos os eixos "Acesso e Permanência" e "Gênero Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-raciais", sob a coordenação da discente Vanessa Lima, tendo como palestrantes o discente Bruno Nascimento, o técnico em educação Rodrigo Tomazini e a professora Megg Rayara Gomes de Oliveira.

No período da tarde do dia 19 de maio de 2018, foi realizada a plenária de Curitiba e região, na qual foram elaboradas e discutidas as propostas a serem apresentadas na plenária final do estado do Paraná (Pré III ENE), a ser realizada em 30 de março de 2019.

ETAPA REGIONAL DE PONTA GROSSA, IRATI E GUARAPUAVA, DO ENCONTRO PREPARATÓRIO AO III *ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (ENE)*

Em 09 de março de 2019, nas dependências do PDE, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), câmpus de Uvaranas, realizou-se o Encontro Preparatório (etapa regional) ao III Encontro Nacional de Educação. Esse encontro da etapa regional objetivou discutir e fazer proposições, em âmbito regional, de questões referentes à necessidade de um projeto de educação divergente ao colocado pelo projeto do capital. Ainda, visou contribuir para o objetivo principal do III Encontro Nacional de Educação, que é “aprofundar o diagnóstico do projeto do capital para a educação, tendo como perspectiva a construção de um Plano Nacional de Educação da classe trabalhadora, tomando como base a análise crítica e atualização do PNE da Sociedade Brasileira” (ENE, 2019, documento orientador).

A coordenação geral e a organização desse Encontro Preparatório ficaram a cargo de representantes das entidades SINDUEPG, ADUNICENTRO, SINDUTF-PR, núcleo de Ponta Grossa, e Regional Sul do ANDES-SN, contando com a participação do DCE da Unicentro (câmpus Irati) e da UEPG, de representantes de instituições públicas de educação básica e superior da região de Ponta Grossa, Irati e Guarapuava. O evento contou com 133 participantes, no total.

O Encontro Preparatório estava previsto para ocorrer das 13h30 às 18h, mas se encerrou às 19h, tendo a seguinte dinâmica:

- I- Das 13h30 às 14h30: abertura, com a leitura do regimento e proposição de destaques ou alterações neste;
- II- Breve análise da conjuntura;
- III- Indicação de grupos de trabalho para debater sobre os níveis e as modalidades de ensino e eixos. Na perspectiva de posicionar sobre o projeto classista e democrático de educação que defendemos para o Brasil e, também, identificar as estratégias (iniciativas) de luta e enfrentamentos construídos localmente, em defesa da educação pública e gratuita. Indicação das salas para os grupos de trabalhos que ocorreram das 14h30 às 16h30;
- IV Apresentação das proposições discutidas nos grupos a partir das 16h30;
- V- Plenária e sistematização do documento síntese às 17h30, encerrando-se às 19h.

Os eixos definidos previamente para criação dos grupos de trabalho (GT) foram:

I- Universalização da Educação, Acesso e Permanência/Trabalho na Educação e Condições de Estudo

II- Gestão/Organização do Trabalho Escolar/Financiamento da Educação

III- Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais

IV- Organização da Classe Trabalhadora/Formação de Trabalhadores da Educação

Na Plenária Final do Encontro Preparatório, entendeu-se que algumas propostas eram comuns a vários ou a todos os grupos de trabalho (eixos de discussão). Desse modo, antes de se destacar as propostas de cada GT, em específico, seguem as propostas gerais aprovadas na Plenária:

- Criar fóruns permanentes e em rede, municipais e regionais, em defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade, constituídos por representação sindical, membros dos segmentos dos trabalhadores da educação, movimento estudantil e movimentos sociais, de modo a construir sua unidade por meio das pautas comuns. A diversidade da luta não é a simples soma de diferenças, mas, sim, sua síntese!
- Lutar pela criação de creches, nas universidades estaduais do Paraná, de modo a contribuir para a permanência de mulheres trabalhadoras, mães e estudantes no ensino superior público.
- Reivindicar uma reestruturação da carreira docente, lutando por adequações e melhores condições salariais, priorizando a dedicação exclusiva em todos os níveis educacionais.

ETAPA REGIONAL DO OESTE DO PARANÁ, DO ENCONTRO PREPARATÓRIO AO III *ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO* (ENE)

Em 10 de maio de 2018, realizou-se a abertura da etapa regional Oeste do Paraná, no auditório da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), câmpus Marechal Cândido Rondon. A coordenação geral e a organização desse Encontro Preparatório ficaram a cargo de representantes das entidades APUFPR, ADUNIOESTE, SINDTEST, SINTEOSTE, Regional Sul do ANDES-SN e as Regionais de Toledo e Foz do Iguaçu da APP-Sindicato, contando com a participação de discentes e de uma tribo indígena de Guaíra.

A abertura foi realizada em 10 de novembro de 2018, às 9h, com uma apresentação cultural dos indígenas, seguida pelo debate com a mesa de Educação & Trabalho, tendo como palestrantes os professores Geraldo Augusto Pinto (UTFPR) e Aparecida Dark (Unioeste).

Às 11h foi aberta a mesa "Políticas e Financiamento da Educação", tendo como palestrantes os professores Luiz Fernando Reis (Unioeste) e Ricardo Lobato Torres (UTFPR).

A tarde, dois grupos de trabalho se revezaram. Os dois primeiros iniciaram às 13h30 discutindo "Democracia e Autonomia", com Gilberto Grassi Calil (Unioeste-His), Rodrigo Ribeiro Paziani (Unioeste-His) e Odirlei Manarin (APP-Foz), realizado em paralelo com o grupo de "Educação e Integração", com Mariana Leguizamón (UNILA), Geranilde Costa e Silva (Unilab), Patrícia Mechi (SESUNILA), Andréia Moassab (SESUNILA), Alexandre Felipe Fiuza (Unioeste). Às 15h30 mais dois grupos aconteceram em paralelo: "Classe, Gênero e Diversidade", com Claudia Mallmann, Carla Conradi (Unioeste), representante indígena Francys Rodrigues Nyamien, Geranilde Costa e Silva (Unilab) e "Acesso, Permanência e Infraestrutura", com Renata Gotardo (UFPR), Ivã José de Pádua (Sinteoeste), Luana de Oliveira (Unioeste), José Alfonso Klein (Unioeste).

Às 18h15 foi realizada a plenária final do Oeste do Paraná, na qual foram elaboradas e discutidas as propostas a serem apresentadas na plenária final do estado do Paraná (Pré III ENE), a ser realizada em 30 de março de 2019.

ABERTURA DA ETAPA ESTADUAL DO PARANÁ, DO ENCONTRO PREPARATÓRIO AO III *ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO* (ENE)

Em 30 de março de 2019, no auditório do bloco A do Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT) da UFPR, em Curitiba, das 9h às 15h, realizou-se a etapa estadual do Paraná do encontro preparatório ao III Encontro Nacional de Educação (ENE). A coordenação geral e a organização desse Encontro Preparatório ficaram a cargo de representantes das entidades APUFPR e Regional Sul do ANDES-SN, tendo como palestrante a professora Olinda Evangelista (UFSC/UNOESC/GIPE-MARX) cujo tema da palestra foi "Questões em torno da Política Educacional Brasileira". Após a palestra, foi realizada a plenária final para sistematização das propostas do Estado do Paraná para o III ENE, a partir das propostas aprovadas nas etapas regionais de Curitiba (em 18 e 19/05/2018), de Ponta Grossa, Irati e Guarapuava (em 09/03/2019) e do Oeste do Paraná (em 10/03/2019). A seguir, encontram-se as propostas aprovadas na plenária da etapa estadual do Paraná. Na sequência, estão as propostas aprovadas nas plenárias das etapas regionais, mas não apreciadas pela plenária da etapa estadual, por falta de tempo, as quais foram remetidas para o III ENE.

PROPOSTAS DO ESTADO DO PARANÁ PARA O III ENE, APROVADAS NA ETAPA ESTADUAL

Eixo I - Conhecimento, Currículo e Avaliação

- 1- Formar coletivos para a elaboração de ações curriculares escolares e a efetivação no Projeto Político Pedagógico.
- 2- Realizar ações na escola pública para autonomia na construção do currículo.
- 3- Defender a elaboração dos currículos a partir da diversidade.
- 4- Decolonizar a organização dos currículos, desconstruindo as narrativas colonialistas sobre questões sociais, humanas e históricas.
- 5- Instalar observatórios, com foco nos parlamentares e em seus projetos de lei, no âmbito da educação e currículo.
- 6- Enfrentar as políticas de retrocesso, utilizando-se todos os meios de comunicação, incluindo mídias sociais e outras ferramentas, para alcançar a classe trabalhadora.
- 7- Intensificar a utilização de mídias sociais como instrumento de disseminação de novas políticas, em defesa da classe trabalhadora e em combate aos conteúdos anticientíficos.
- 8- Debater sobre as avaliações em larga escala com a comunidade escolar, de modo a priorizar a avaliação formativa dos estudantes e respeitar os projetos político-pedagógicos das instituições escolares e universitárias.
- 9- Reforçar a luta pela revogação imediata da reforma do ensino médio.
- 10- Lutar contra a efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas escolas públicas, e as suas implicações no currículo e no acesso ao ensino superior.
- 11- Lutar pela revogação imediata da BNCC.

Eixo II – Formação de trabalhadores da educação

- 1- Reafirmar a escola como espaço legítimo de diálogo entre o conhecimento científico, artístico, filosófico e os saberes dos povos tradicionais.
- 2- Denominar adequadamente as fobias sociais, nas políticas públicas educacionais, bem como na formação de professores.

Eixo III – Trabalho na Educação e Condições de Estudo

- 1- Afirmar o princípio da liberdade de cátedra em todos os âmbitos do ensino.
- 2- Apoiar as mobilizações docentes contra as demissões, o não pagamento ou a redução de salários e as afrontas à liberdade de cátedra, na educação particular.
- 3- Reivindicar uma reestruturação da carreira docente, lutando por adequações e melhores condições salariais, priorizando a dedicação exclusiva, em todos os níveis educacionais.
- 4- Fortalecer a luta contra quaisquer tipos de políticas de *ranking* das escolas.
- 5- Realizar ações para coibir práticas que resultem em reduções de responsabilidades, em relação aos investimentos dos governos, dar visibilidade e publicização de planos de carreira para os professores das redes municipais, readequação daqueles com impeditivos para obtenção efetiva de ascensões, não concessão de reposições de perdas inflacionárias.

Eixo IV – Universalização da Educação, Acesso e Permanência

- 1- Desenvolver projetos públicos que divulguem e apoiem a inserção de estudantes oriundos de escolas públicas, na universidade pública.
- 2- Fortalecer as lutas contra a nova reforma do ensino médio, garantindo a permanência do ensino noturno para jovens estudantes e trabalhadores.
- 3- Lutar pela universalização da educação infantil.
- 4- Lutar por cotas para pessoas transexuais, travestis, indígenas e quilombolas, no ensino superior.
- 5- Lutar por cotas para pessoas transexuais, travestis, indígenas, negras e quilombolas na pós-graduação.
- 6- Lutar pela garantia das cotas de caráter socioeconômico e étnico-racial nas bolsas de pós-graduação.
- 7- Defender a pós-graduação pública, no sistema nacional da pós-graduação, com equidade e acessibilidade.
- 8- Lutar contra o fechamento de cursos de graduação e pós-graduação, nas universidades públicas.
- 9- Produzir e difundir de diferentes formas, meios e veículos de comunicação para a afirmação dos princípios da defesa da educação pública, gratuita, universal, laica, democrática, de qualidade e socialmente referenciada.

- 10- Combater o papel do grande empresariado da educação privada, na privatização e precarização do ensino público.
- 11- Lutar contra o aprofundamento da privatização do ensino superior.
- 12- Lutar pela manutenção e ampliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIDIB), em todos os anos das licenciaturas, respeitando a livre adesão das escolas e a autonomia político-pedagógica de escolas e universidades.
- 13- Lutar pela revogação do Programa Residência Pedagógica.
- 14- Posicionar-se contrário ao projeto de residência pedagógica (forma de estágio obrigatório, não remunerado e sem supervisão de professor da escola), nas licenciaturas.
- 15- Denunciar o aumento do desemprego da juventude, que atinge a marca de 43% no Brasil, o qual prejudica ainda mais a permanência dos estudantes nas instituições de ensino.
- 16- Lutar pelo acesso e permanência, na educação básica e no ensino superior, defendendo programas de bolsa e creche para filhas e filhos de estudantes da classe trabalhadora.
- 17- Lutar por programas de permanência estudantil mantidos e custeados pelas universidades privadas, tais como, bolsas, restaurantes universitários e creches.
- 18- Estruturar e viabilizar a assistência estudantil.
- 19- Lutar pela criação de creches, nas universidades estaduais, de modo a contribuir para a permanência de mulheres trabalhadoras, mães e estudantes do ensino superior público.
- 20- Criar fóruns estaduais que agreguem a comunidade acadêmica, que garantam a desburocratização e a ampliação das políticas de acesso e permanência estudantis, isto é, restaurantes universitários gratuitos, transportes de meia passagem e passe-livre, sem restrição de utilização, criação de creches para filhos e filhas de estudantes e servidores, ampliação de bolsas permanência em ensino, pesquisa e extensão, criação e/ou manutenção de moradias estudantis, entre outras medidas que garantam permanência de classe trabalhadora na universidade.
- 21- Lutar pelo ensino emancipatório e plural – artes, humanidades, educação física, atividades extracurriculares.
- 22- Combater medidas punitivas e ou reprovações que, veladamente ou não, incentivem exclusões do sistema educacional.
- 23- Lutar por maior aproveitamento das vagas ociosas, nas universidades.

24- Fortalecer e ampliar as licenciaturas de Educação do Campo e a Pedagogia Indígena.

25- Apoiar as lutas do “Paiol de Telha”, dos povos indígenas e quilombolas, do MST, MPA e de outros movimentos sociais.

26- Fortalecer os mecanismos de tutoria aos alunos indígenas.

27- Combater a invisibilização das escolas rurais, quilombolas e indígenas, especialmente apagadas em tentativas de universalização dos currículos, como a BNCC.

Eixo VIII – Organização da Classe Trabalhadora

1- Reafirmar preceitos aprovados no I e II Encontro Nacional de Educação.

2- Realizar um intenso trabalho de base com a comunidade externa das universidades e escolas, para a construção do III ENE.

3- Criar fóruns permanentes e em rede, municipais e regionais, em defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade, constituídos por representação sindical, membros dos segmentos dos trabalhadores da educação, movimento estudantil e movimentos sociais, de modo a construir sua unidade por meio das pautas comuns. A diversidade da luta não é a simples soma de diferenças, mas, sim, sua síntese!

4- Solidarizar-se amplamente com a construção da luta dos trabalhadores da América Latina e do mundo.

5- Organizar fóruns representativos de estudantes das classes populares que enfrentam a dupla jornada de trabalho e estudo, e que necessitam da assistência estudantil de forma mais efetiva.

6- Empenhar-se para criar ou consolidar o Comitê em Defesa da Democracia e dos Direitos Sociais.

PROPOSTAS DO ESTADO DO PARANÁ PARA O III ENE, APROVADAS EM ETAPAS REGIONAIS

(Remetidas ao III ENE, que, por falta de tempo, não foram apreciadas na plenária da etapa estadual, em Curitiba, em 30/03/2019)

Eixo IV – Universalização da Educação, Acesso e Permanência

28- Posicionar-se contrário ao aumento do valor da refeição nos restaurantes universitários, bem como à redução de quadros dos funcionários terceirizados, nas cozinhas dos mesmos (ambos já aconteceram em várias universidades e, em outras, são medidas ensaiadas e sinalizadas pelas reitorias).

29- Lutar pelo passe livre estudantil e pelo transporte escolar *intercampi*, nas universidades, e ônibus escola, especialmente, em universidades do campo.

30- Lutar pelo ensino em tempo integral, no ensino básico, com trabalhadores, estrutura e merenda.

31- Construir um plano estadual de assistência estudantil voltado especificamente para universidades estaduais.

32- Lutar para garantir creches e serviços para estudantes, enquanto política estudantil, bem como, por melhorias nas condições desses serviços para técnicos administrativos e docentes.

Eixo V – Gestão/Organização do Trabalho Escolar

1- Fortalecer e compartilhar produções das instituições de ensino superior (IES) públicas preocupadas com a gestão, trabalho escolar e financiamento da educação local, estadual e nacional, reconhecendo essas IES como legítimas parceiras, no planejamento e aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais.

2- Realizar trabalho de base nas comunidades escolares (descentralizadas), de modo a viabilizar entendimento acerca dos problemas e desafios que dizem respeito à gestão, à organização do trabalho escolar e ao financiamento da educação e, assim, gerar ações populares e democráticas de intervenção política (materiais informativos e inteligíveis, participação nas mídias comunitárias, mapeamento e intervenções nas comunidades).

3- Aproximar e ampliar interação ou pontes com conselheiros municipais, estaduais e nacionais de educação, de modo a ampliar a representatividade da educação

pública (trabalhadores da educação e comunidades escolares e universitárias) e encaminhar políticas públicas de valorização, popularização e democratização da educação.

4- Lutar pelo processo de democratização das escolas, por meio do fortalecimento dos conselhos escolares.

5- Defender incondicionalmente a eleição direta dos diretores das escolas e dos dirigentes das instituições de ensino superior.

6- Lutar contra a militarização, nas escolas.

7- Defender a valorização das universidades, em especial, as universidades de integração, UNILA e UNILAB.

Eixo VI – Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais

1- Realizar uma discussão no III ENE da proposta de uma escola para a diversidade.

2- Cobrar políticas públicas para a formação de professores, em relação a gênero, sexualidade e questões étnico-raciais.

3- Defender a obrigatoriedade de debates sobre gênero, sexualidade e educação sexual para decidir.

4- Incluir, desde a educação básica, os conhecimentos produzidos por negros e negras, bem como a história da abolição da escravatura, sem reparações ao povo negro, a fim de acabar com o epistemicídio negro e superar o mito da democracia racial.

5- Construir um debate e levantar estudos sobre racismo e trabalho docente, gênero e trabalho docente, etnias e trabalho docente.

6- Incentivar a aplicação de políticas de cotas raciais e a ampliação das mesmas.

7- Aprofundar os debates sobre políticas de acesso e permanência inclusivas para negros e negras, indígenas, quilombolas, povos do campo e da floresta, pessoas com deficiências e LGBT, considerando a estrutura física dos espaços de ensino, pesquisa e extensão, bem como a qualificação dos docentes.

8- Lutar por políticas de acolhimento continuado aos afetados, como enfrentamento a todas as formas de opressão na escola, em todos os níveis de ensino.

9- Enfrentar, na sala de aula, questões étnico-raciais e não falar sobre isso somente na semana da Consciência Negra, mas efetivar essas questões realizando um projeto no decorrer do ano letivo.

10- Defender a proximidade com a comunidade, sobre o projeto “A valorização da cultura Afrobrasileira e Africana”.

11- Decolonizar os currículos de forma a tirar da centralidade o conhecimento europeu como referencial e majoritário. Incluir nos currículos temas como História da África e da América do Sul e Etnomatemática, revisando o conceito de grade curricular, sob uma perspectiva decolonial.

12- Defender a educação pública, laica, de qualidade e gratuita para a classe trabalhadora – com equidade para pessoas com deficiência.

13- Criar, nas instituições de ensino, comitês de educação contra a violência e intolerância política, com vistas a unificação em uma frente estadual contra a violência e a intolerância.

14- Repudiar veementemente o Movimento Escola sem Partido, a Lei da Mordaza e todas as iniciativas formais e informais voltadas à intimidação dos professores e ao cerceamento à liberdade de ensinar e apreender.

15- Afirmar a necessidade de se aprofundar os debates sobre todas as formas de opressão.

16- Defender e propor políticas de enfrentamento, prevenção e formas de apoio à atuação da rede de proteção da criança e do adolescente, no combate à violência nas escolas.

17- Fomentar discussões para que haja uma responsabilização das universidades, em relação aos problemas surgidos no interior das próprias instituições (assédio moral, assédio sexual, questões pedagógicas), buscando uma universidade no seu sentido plural.

Eixo VII - Financiamento da Educação

1- Defender a educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada, e os artigos 206 e 207 da Constituição Federal.

2- Reafirmar incondicionalmente os princípios estabelecidos nos artigos 206 e 207 da Constituição Federal.

3- Intensificar ações e campanhas que defendem a destinação de 10% do PIB para educação pública, cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal de 1988, e a revogação da emenda constitucional do Teto de Gastos (EC 95/2016, que congelou por 20 anos os investimentos com educação): aproximação e esclarecimento às

APMF's e Conselhos Escolares, contra o sistema de bolsas e *vouchers* com recursos públicos para estudantes de instituições privadas de ensino.

4- Lutar pela realização da auditoria cidadã da dívida pública.

5- Criar estratégias ou vinculação a esforços já existentes de acompanhamento e fiscalização do cumprimento das metas definidas no Plano Nacional de Educação (Campanha Nacional do Direito à Educação).

6- Defender a realização de auditorias (financeiras e quanto às vinculações político-pedagógicas) das parcerias público-privadas na área educacional, visando a publicização, fiscalização e problematização de informações para discutir/revisar o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.